



A Reforma Tributária sobre o consumo será implementada de forma progressiva, ao longo de um período extenso, que se estende de 2024 a 2033. Esse cronograma impõe às empresas a necessidade de adaptação antecipada, uma vez que os impactos operacionais se manifestam desde as primeiras etapas da transição, antes mesmo da substituição definitiva dos tributos atuais.



## Cronograma de Implementação 2024 - 2033

O processo de transição foi estruturado para permitir a migração gradual entre regimes, com marcos relevantes ao longo da linha do tempo:

- Início da adaptação normativa e institucional
- Fase de testes do novo modelo a partir de 2026
- Convivência entre tributos atuais e CBS/IBS
- Extinção progressiva dos tributos substituídos até 2033

A leitura atenta do cronograma é fundamental para o correto planejamento das mudanças operacionais.



## Fase de Testes e Introdução da CBS e do IBS

A partir de 2026, tem início a fase de testes do novo modelo, com a introdução da CBS e do IBS em caráter experimental. Embora não represente a extinção imediata dos tributos atuais, essa etapa exige ajustes relevantes nos sistemas fiscais, contábeis e operacionais das empresas.

A convivência entre regimes aumenta a complexidade e amplia os riscos de inconsistências na apuração e no cumprimento das obrigações acessórias.



## Documentos Fiscais e Obrigações Acessórias

Os documentos fiscais eletrônicos assumem papel central no novo modelo. Entre os principais pontos de atenção estão:

- Destaque do IBS e da CBS nos DF-e
- Maior integração entre obrigação acessória e recolhimento
- Adoção de notas de débito e crédito
- Ampliação da fiscalização digital e automatizada

Esses elementos reforçam a necessidade de parametrização adequada e controles internos robustos.



## Riscos Operacionais e Compliance Digital

A transição amplia os riscos relacionados a:

- Erros de parametrização de sistemas
- Inconsistências entre documentos fiscais e apuração
- Exposição a autos de infração automatizados
- Falhas no cumprimento de obrigações acessórias

O compliance digital passa a ser um componente estratégico da governança tributária.



## Planejamento Tributário e Operação Integrada

No contexto da Reforma Tributária, o planejamento tributário deixa de ser um exercício exclusivamente estratégico e passa a demandar integração direta com a operação. A gestão eficiente da transição exige:

- Alinhamento entre áreas fiscal, contábil, jurídica e de tecnologia
- Revisão de processos e fluxos operacionais
- Monitoramento contínuo das etapas do cronograma

A preparação antecipada é essencial para assegurar conformidade, previsibilidade e eficiência ao longo de todo o período de implementação.